c) Referência ao concurso a que se candidata, com menção expressa ao número e data do *Diário da República* em que este aviso foi publicado;

d) Quaisquer outros elementos que os candidatos consideram susceptíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal, os quais só serão tidos em consideração pelo júri desde que devidamente comprovados.

13 — O requerimento de admissão ao concurso deverá, sob pena de exclusão, ser acompanhado da seguinte documentação:

a) Documento comprovativo das habilitações literárias, com indicação da média final;

b) Fotocópia do bilhete de identidade;

c) Documentos demonstrativos dos requisitos gerais de admissão previstos nas alíneas a), b), d), e) e f) do n.º 11 do presente aviso.

14 — A apresentação da documentação mencionada na alínea c) do número anterior é temporariamente dispensada desde que o candidato declare no requerimento, sob compromisso de honra e em alíneas separadas, a situação em que se encontra relativamente a cada um dos requisitos gerais mencionados.

15 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

16 — A selecção dos candidatos será feita através de uma prova escrita de conhecimentos teóricos, com a duração máxima de duas horas e a graduação final valorada de 0 a 20 valores.

A prova escrita de conhecimentos versará sobre as seguintes matérias:

Constituição da República Portuguesa;

Quadro de competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias (Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro);

Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local — Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;

Regime das férias, faltas e licenças dos funcionários e agentes da Administração Pública — Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, alterado pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e pelos Decretos-Leis n.ºs 70-A/2000, de 5 de Maio, e 157/2001, de 11 de Maio, e Decreto-Lei n.º 181/2007, de 9 de Maio;

Regime de realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços (Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho);

Estrutura e organização dos serviços e quadro de pessoal — publicado no apêndice n.º 72/97 ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 182, de 8 de Agosto de 1997, alterado pelo apêndice n.º 132/2003 ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 199, de 29 de Agosto de 2003;

Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo — Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro;

Conhecimentos sobre intervenção de menores em perigo;

Conhecimentos sobre educação e formação parental;

Conhecimentos sobre as problemáticas sociais no município.

17 — A acta da reunião do júri do concurso poderá ser facultada aos candidatos sempre que solicitada, conforme estabelece a alínea g) do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

18 — A lista de candidatos admitidos e excluídos e a lista de classificação final do concurso serão afixadas para consulta no edifício dos Paços do Município de Portimão, nos termos do disposto nos artigos 34.º, 38.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

19 — O júri de selecção e de acompanhamento do estágio terá a seguinte constituição:

Presidente — Dr.ª Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica, vereadora.

Vogais efectivos:

Dr. António Vitorino Pereira, director do Departamento de Educação, Cultura e Desporto.

Dr.ª Dora Cristina Cabrita Silva, chefe da Divisão de Acção Social e Saúde.

Vogais suplentes:

Dr.ª Edite Maria Xavier Tavares, técnica superior de sociologia de 1.ª classe.

Dr.ª Rita Maria Pereira Magro G. Santos, técnica superior de serviço social assessora.

Vogal substituto do presidente — Dr. Luís Manuel de Carvalho Carito, vice-presidente.

17 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel António da Luz*.

2611043540

CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE

Aviso n.º 16 299/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do signatário de 14 de Agosto corrente, foi reclassificado, nos termos da alínea e) do artigo 4.º e n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, conjugado com o artigo 2.º e o n.º 2 do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, o funcionário José Carlos Almeida Faria, o qual detém a categoria de assistente administrativo principal, para a categoria de técnico de informática-adjunto, nível 2, escalão 1, correspondente ao vencimento mensal ilíquido de € 797,27.

Foi solicitada informação sobre existência de pessoal na situação de mobilidade especial ao abrigo do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro.

O funcionário deverá aceitar o lugar no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série. [Isento de visto do Tribunal de Contas, conforme o previsto na alínea c) do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

14 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *Ricardo José Moniz da Silva*.

2611043116

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVATERRA DE MAGOS

Aviso (extracto) n.º 16 300/2007

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, torna-se público que, por meu despacho de 21 de Agosto de 2007, em sede de reclassificação profissional, nomeei a funcionária Gracinda Maria Manique Anacleto Dionísio, em comissão de serviço extraordinária, pelo prazo de seis meses, para exercer funções de assistente administrativa, escalão 1, índice 199.

A funcionária reclassificada deverá tomar posse no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

23 de Agosto de 2007. — A Presidente da Câmara, *Ana Cristina Ribeiro*.

2611043541

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL

Aviso (extracto) n.º 16 301/2007

Constituição do Gabinete de Apoio Pessoal de vereadores da Câmara em regime de tempo inteiro

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do signatário de 20 de Julho de 2007 e ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 2, alínea b), do artigo 73.º e do n.º 3 do artigo 74.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e sob proposta dos vereadores em regime de tempo inteiro, foram nomeados para constituição dos respectivos Gabinetes de Apoio Pessoal, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2007:

José Luís Marques Antunes, técnico superior de 2.ª classe — área de economia, em regime de comissão de serviço, como secretário de gabinete de apoio pessoal do vereador Dr. José Alberto da Silva Alexandre e Sousa;

Pedro Miguel Almeida Xavier, técnico superior de 2.ª classe — área de relações públicas, como secretário de gabinete de apoio pessoal do vereador Prof. Adriano de Lima Gouveia Azevedo.

23 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Carlos Figueiredo*.

2611043134

CÂMARA MUNICIPAL DE SEIA

Aviso n.º 16 302/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 5 de Julho de 2007, nos termos do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, determinei a anulação do concurso interno de acesso geral para provimento de dois lugares de assistente administrativo principal, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário*